

***O SIG Municipal ao serviço do
Cidadão/Munícipe***

@ geoCompetitivo.pt

***Hugo Dias
hugo@phinformatica.pt***

O SIG Municipal ao serviço do Cidadão/Munícipe

Índice

<i>Índice</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
<i>Considerações prévias</i>	4
<i>Objectivos</i>	7
<i>Competências Urbanísticas</i>	8
<i>Cidadão/Munícipe</i>	9
<i>Factores de Insatisfação</i>	10
<i>Factores facilitadores de Satisfação</i>	11
<i>Investidores/Promotores</i>	13
<i>Prospecção</i>	13
<i>Factores bloqueadores de captação de investimento:</i>	13
<i>Factores facilitadores de captação de investimento</i>	14
<i>Concretização</i>	15
<i>Responder com apoio do SIG</i>	16
<i>BACK-OFFICE</i>	17
<i>1. Características SIG Global</i>	17
<i>2. Aplicações Técnicas SIG</i>	18
<i>3. Levantamentos</i>	21
<i>FRONT-OFFICE</i>	22
<i>1. Disponibilização de informação na WEB</i>	22
<i>2. Mobilidade e Acesso remoto</i>	25
<i>Conclusão</i>	26

Considerações prévias

Nos últimos 10 anos tem-se assistido a uma mudança gradual da forma como se encaram os SIG's. Há 10 anos atrás falar dum SIG era falar dum “bicho de sete cabeças” dispendioso, complexo e pouco conhecido ou implementado. OS SIG's eram essencialmente utilizados na área militar por razões óbvias, estando quase confinada a sua utilização a esta área específica. Gradualmente foi-se percebendo que um SIG se adequa a quase todas as áreas de intervenção duma sociedade e tomando consciência da inevitabilidade de proceder a alargamento destes sistemas e consequente democratização de utilização, particularmente na Administração Pública que representa um motor fundamental para a dinamização destas tecnologias, não só nas Autarquias, mas também em todos os organismos públicos que duma maneira ou doutra manipulam informação crítica, passível de ser tratada num sistema SIG, como a Saúde; Transportes; Protecção Civil e Ambiente.

Houve grandes insucessos de implementação de SIG's ao longo destes anos, muito particularmente nas Autarquias, devido essencialmente a 3 factores essenciais:

- A forma como se encaravam estes projectos, focalizando apenas na qualidade maior ou menor de determinada tecnologia (normalmente americana, complexa e generalista) e esquecendo o essencial - perceber os objectivos a atingir vs. recursos existentes vs. adequabilidade duma Solução.
- Desintegração entre informação alfanumérica e dados espaciais. Era descurada esta funcionalidade e muitas vezes uma entidade era obrigada a “começar do zero” para poder beneficiar desta tecnologia. É impensável hoje em dia a implementação dum SIG completamente desintegrado dos Sistemas de Informação já existentes sendo esta funcionalidade uma mais valia essencial para o sucesso dum SIG.
- Desaproveitamento das sinergias dos vários departamentos que compõem uma entidade e que podem e devem contribuir para a construção dum SIG global e eficaz. A ideia de que um Gabinete ou Departamento de SIG que teria que aglutinar em si a gestão, actualização e registo de toda a informação exigível num SIG, era limitar à partida o projecto cujas consequências eram visíveis no momento em que se necessitava de informação on time para responder a uma solicitação.

Cedo se percebeu que para obter resultados eficazes a oferta teria obrigatoriamente que passar pelo desenvolvimento de aplicações específicas baseadas nas metodologias de processos existentes e que respondessem às necessidades, simplificando o ambiente gráfico e salvaguardando a interoperabilidade entre sistemas existentes ou previstos.

Existem ainda alguns constrangimentos para a implementação dum SIG, nomeadamente a falta de capacidade financeira para investimentos que aliada à ainda “desconfiança” na total eficácia de implementação de Sistemas SIG, inevitavelmente fundamentais em qualquer tomada de decisão que envolva o território, constituem em si os principais obstáculos para a evolução desta tecnologia.

Felizmente os Decisores vão tendo cada vez mais a percepção de que um Sistema SIG é uma ferramenta fundamental, senão crucial para tomadas de decisão rigorosas. Quanto mais informação um Decisor tiver ao seu dispor mais capacidade de resposta eficaz e em tempo útil terá, principalmente se olharmos este mercado na perspectiva do Cidadão, em que pode ver melhorados significativamente a qualidade dos serviços prestados. Qualidade essa medida pelo rigor da informação prestada, pela rapidez na disponibilização da informação e pela capacidade de aceder à mesma sem entraves tecnológicos.

O mercado SIG é um mercado ainda em expansão com muitas oportunidades. Neste momento o mercado nacional de SIG é encarado com bastante expectativa e é sem dúvida uma área fundamental para a boa utilização de informação e que contribui indiscutivelmente para a qualidade e eficácia nas tomadas de decisão. Gradualmente os decisores políticos foram adquirindo uma maior sensibilidade para a utilização de ferramentas SIG, tendo a escolha que passar obrigatoriamente pelo estudo da Solução que melhor garante a integração de informação, a rentabilização dos recursos existentes e a acessibilidade à informação a quem dela necessite, independentemente do seu grau de especialização.

Esta é sem duvida alguma, a era da mudança e da crescente aproximação ao Cidadão. Indubitavelmente as Autarquias têm a preocupação de responder mais rapidamente e melhor às necessidades dos seus Municípios e para isso as Tecnologias de Informação têm um papel crucial e indissociável da “modernização digital” que um Autarca pretenda implementar no seu Concelho. A “revolução” pacífica em crescendo na maneira como cada um de nós se relaciona com entidades públicas e vice-versa é uma realidade a que qualquer Autarca não está alheio pretendendo com grande facilidade prestar serviços de qualidade e em tempo útil aos Municípios, nas áreas mais sensíveis de prestação de serviços ao Cidadão.

É este o caminho que abre e possibilita a participação do Cidadão/Munícipe interagindo, participando e beneficiando do acesso à informação independentemente do canal disponível - PC; PDA; Internet ou Telemóvel.

O foco de uma Gestão Autárquica é obrigatoriamente a gestão territorial de determinado espaço, que compreende em si várias vertentes. O Urbanismo é sem dúvida uma área fundamental e de vital importância na intervenção das Autarquias, cuja gestão depende de vários Instrumentos, nomeadamente Instrumentos Legislativos; Regulamentais e de Gestão Territorial (PDM; PU's; PP's).

Qualquer pretensão de construção ou investimento num Concelho compreende trâmites processuais da responsabilidade das Autarquias, cuja eficácia se mede no grau de satisfação sentido pelos Muncipes ou Investidores na prestação deste serviço.

Este documento pretende identificar os factores inibidores da satisfação e os factores facilitadores de uma eficaz prestação de serviços na relação com as Autarquias, quando se pretende um serviço da área do Urbanismo quer pelo Cidadão/Munícipe quer por um investidor e dar a conhecer o papel preponderante da utilização de TI's nesta área específica.

Objectivos

Este documento tem como objectivos:

- √ Descrever em linhas gerais competências das Autarquias em vários domínios e caracterização actual da prestação deste Serviço
- √ Identificar factores processuais inibidores e facilitadores da satisfação do Cidadão
- √ Identificar factores processuais inibidores e facilitadores de investimento
- √ O papel dum SIG num Sistema de Informação Municipal

Competências Urbanísticas

O papel das Autarquias fundamentalmente passa pela gestão de um território. Território esse que contém em si uma série de infra estruturas; equipamentos e condicionantes territoriais que cruzados entre si permitem responder com maior ou menor rapidez às solicitações do Cidadão quer seja Município ou investidor. O trâmite processual para viabilizar ou inviabilizar determinada pretensão é transversal em todas as Autarquias, sendo unicamente diferente a metodologia adoptada para prestar esse serviço.

Fazendo uma análise da realidade processual vs. o grau de satisfação do Cidadão e/ou capacidade de captação de investimento, especificamente na área do urbanismo e tendo em conta as perspectivas e necessidades dum Cidadão e de um possível Investidor, conseguimos enumerar os principais factores inibidores nestas duas realidades e os factores facilitadores para a boa prestação deste serviço.

Cidadão/Munícipe

Qualquer pretensão de construção ou loteamento tem que ser submetida à aprovação da Autarquia, na forma dum requerimento de pedido de informação prévia sobre a viabilidade construtiva em determinado terreno, anexando vários documentos que instruem o processo, como:

- √ Planta de Localização
- √ Levantamento topográfico
- √ Título de posse da propriedade
- √ Proposta de intenção

À partida um dos documentos é emitido pela própria Autarquia (Plantas de Localização), sendo um serviço cobrado e que portanto deverá ser de qualidade.

O processo seguidamente dá origem a um Processo Técnico Administrativo, que é internamente registado e que depois será encaminhado para o Departamento de Urbanismo e quando exigível para outras entidades externas que emitirão parecer sobre a viabilidade construtiva num determinado terreno, valendo-se do cruzamento do terreno com a Legislação que regulamenta o território associada aos Instrumentos de Gestão Territorial vigentes:

- √ Plano Director Municipal (PDM)
- √ Planos de Urbanização (PU's)
- √ Planos de Pormenor (PP's)
- √ Medidas Preventivas

Factores de Insatisfação

Neste processo poderemos identificar *factores de insatisfação do Cidadão* face à forma como lhe é prestado o serviço em função das carências internas duma Autarquia:

- √ Falta de rigor e/ou qualidade na informação prestada
 - Dispersão da informação na Autarquia, inacessível à maior parte dos serviços
 - Informação em formato analógico
 - Emissão e Entrega de Plantas de Localização duma forma arcaica, recorrendo a uma fotocopiadora
- √ Morosidade na satisfação dum pedido
 - Deslocação por parte do Cidadão várias vezes à Autarquia para o mesmo pedido
 - Tempo de espera pelos documentos inadequada:
 - Para obter uma Planta de Localização o tempo de espera é muitas vezes de vários dias.
 - Para obter resposta dum pedido de informação prévia, o tempo de espera é de vários meses ou até anos.
- √ Indefinição de circuito processual
 - Falta de definição de processos e conseqüente falha na informação prestada ao Cidadão relativamente aos documentos que instruem o processo que obriga a várias deslocações do mesmo.
 - Falta de optimização de processos e interoperabilidade com as várias entidades externas intervenientes, como DRE; Ministério do Ambiente; IEP, etc... que variam em função da complexidade do pedido
- √ Falta de acesso à informação
 - Não disponibilização de informação noutros canais de comunicação, como a Web e Dispositivos Móveis, como:
 - Regulamentos Municipais
 - Informação georeferenciada
 - Falta de acesso interno à informação que permita dar respostas on time

Factores facilitadores de Satisfação

Por forma a garantir o grau de satisfação que o Cidadão espera da Autarquia nesta área existem alguns *factores facilitadores* fundamentais:

√ Agilidade processual

- Capacidade de responder on time às solicitações externas num Serviço de Atendimento, nomeadamente:
 - Especificação do trâmite processual, por forma a evitar a devolução do processo por falta de documentos
 - Emissão de Plantas de Localização automaticamente
 - Indicação prévia das condicionantes territoriais que influem em determinado terreno

√ Celeridade processual

- Ter capacidade de resposta na avaliação de viabilidade construtiva em determinado terreno em tempo útil, podendo ser consubstanciado num sistema que permita:
 - Registrar e monitorizar o circuito dum processo técnico-administrativo numa aplicação informática
 - Definir correctamente todos os circuitos que o processo percorre internamente
 - Definir prazos em todos esses circuitos e alertas para o incumprimento dos mesmos
 - Os serviços deverão ser modernizados e automatizados todos os procedimentos possíveis - emissão de plantas topográficas, consultas externas, consulta de processos, etc
 - Digitalização e Georeferenciação de Informação
 - Registo e caracterização do Cadastro de Informação Urbanística; Rede Viária; Infra estruturas de Redes Municipais e de Propriedades Rústicas e Urbanas
 - Cruzamento de informação das várias áreas para uma tomada de decisão rigorosa.



- Confrontar automaticamente determinado terreno com todos os Instrumentos de Gestão Territorial vigentes e consequente emissão de diagnóstico.
- Interoperabilidade com entidades externas, quando exigível (p.e. IPPAR; IPE; Ministério do Ambiente, etc... por forma a diminuir o tempo de resposta
- Acessibilidade interna à informação

√ Equidade processual

- Garantia de que o processo de avaliação é igual para todos os preponentes.



Investidores/Promotores

A captação de investimento para uma determinada região será tão mais conseguida quanto mais informação se disponibilizar a um possível investidor e embora os trâmites processuais de viabilização de determinado investimento na sua base sejam iguais ao do Cidadão comum, são na sua origem mais complexos e que exigem das Autarquias uma atenção especial, tanto na fase de prospecção como na fase de concretização.

Prospecção

À partida qualquer intenção de investimento passa por uma avaliação global de dada região em que as componentes espaciais e recursos existentes são fundamentalmente os principais factores de decisão.

Factores bloqueadores de captação de investimento:

- √ Falta de acesso à informação
 - Não disponibilização de informação na Web ou dispositivos móveis, que possibilite o conhecimento sem necessidade de deslocação
 - Acesso deficiente à informação
 - Numa prospecção para um investimento existe informação que obrigatoriamente influi na decisão, como:
 - Acessibilidades
 - Caracterização do tecido empresarial e/ou industrial implantada em determinada região
 - Terrenos disponíveis para o investimento e conhecimento das condicionantes/Regulamentos Municipais
- √ Morosidade de resposta a solicitações
 - Falta de interactividade processual com a Autarquia

Factores facilitadores de captação de investimento

- √ Acesso Multi-Canal à informação
 - Independentemente do meio ou localização espacial permitir o acesso à informação via Web, PDA's e telemóveis.
- √ Disponibilização eficiente de informação
 - Acessibilidades:
 - Rede Viária Estruturada- isto é rede viária municipal (arruamentos) onde apoia a rede viária de ligação (vias rápidas sem construção à face e com vias colectoras laterais), itinerários principais/secundários de acesso ao concelho e Auto-Estradas.
 - Tecido Empresarial/Industrial:
 - Localização e Caracterização pormenorizada das empresas/indústrias implantadas na região
 - Localização e Caracterização dos recursos existentes
 - Capacidade e disponibilidade territorial:
 - Acesso rápido aos instrumentos de gestão territorial (de preferência na NET) para que o investidor conheça de uma maneira imediata a capacidade construtiva dos terrenos.
 - Informação sobre as possibilidades de construção
- √ Atendimento personalizado e directo com os técnicos
 - Promoção de reuniões prévias com os promotores e os responsáveis pela gestão urbanística de modo a que a solução apresentada à Autarquia cumpra desde logo todos os requisitos e condicionantes legais e satisfaça as expectativas do promotor.
 - No caso de inviabilização dum processo deverá o município, sempre que possível, dar alternativas ao mesmo, através dum sistema que lhe dê respostas, nomeadamente:
 - Tendo disponível todo o Cadastro de Propriedades e Património Municipal, que permita a pesquisa de alternativas e a avaliação automática de possíveis condicionantes.
- √ Celeridade de resposta a solicitações
 - Interactividade processual com a Autarquia

Concretização

Após a tomada de decisão de efectuar determinado investimento entra em curso o processo de viabilização, cujos trâmites deverão ser o mais possível agilizados por forma a garantir a continuidade do mesmo. A parte processual poderá constituir um factor bloqueador nomeadamente devido a:

- √ Incapacidade de fornecimento célere dos documentos que instruem o processo
- √ Incapacidade de informar convenientemente de todos os trâmites exigíveis e/ou condicionantes territoriais
- √ Incapacidade de optimização da relação com entidades externas

Factores de dinamização de investimento:

- √ Automatização de procedimentos
- √ Definição e cumprimento de prazos
- √ Acompanhamento directo e personalizado

Responder com apoio do SIG

Inevitavelmente a satisfação plena por parte do Cidadão quer seja o Munícipe ou o Investidor passa pela modernização estruturada dos serviços a prestar na área do Urbanismo pelas Autarquias, a consubstanciar-se num Sistema de Informação Municipal transversal, congregando e integrando informação espacial e alfanumérica, acessível pelos vários departamentos existentes e optimizado em função da sua área de intervenção. A componente SIG é crucial para o pleno atingimento destes objectivos, e em todas as componentes de prestação de serviços seja internamente na Autarquia a todos os recursos seja externamente ao Cidadão/Munícipe.

Para que o SIG atinja o nível funcional exigível e permita a democratização de acesso à informação terá que ser constituído de Aplicações específicas para cada uma das áreas de intervenção das Autarquias, simples, intuitivo, adequado e eficaz.

Assim podem-se dividir as várias componentes e descrever a sua adequabilidade, como:

BACK-OFFICE

1. Características SIG Global

É já do conhecimento comum de que só um Back Office bem estruturado é capaz de imprimir fiabilidade e eficácia ao Front-Office, portanto esta componente terá como obrigatórios permitir:

- **Centralização de informação geográfica e alfanumérica**
 - i. Base de dados única e partilhável sem redundâncias
- **Integração com toda a informação existente na Autarquia**
 - i. Capacidade de integrar a informação geográfica e alfanumérica existente independentemente do formato ou fonte.
- **Optimização de processos**
 - i. Organização estruturada com vista à optimização de recursos vs. circuito de processos, com vista à celeridade de respostas
 - ii. Tornar acessível a todos quantos necessitam da informação on time

2. Aplicações Técnicas SIG

Alargamento sectorial do Sistema a todos os Serviços:

Nas tomadas de decisão ao nível do urbanismo é necessário o conhecimento de várias áreas de intervenção, que deve ser disponibilizado pelos operadores de cada uma dessas áreas, através da utilização de aplicações sectoriais, nomeadamente para áreas fundamentais como:

Atendimento	Emissão Plantas de Localização
Gestão e Planeamento	Gestão Urbanística
	Infraestruturas de Redes Municipais
	Rede Viária
Cadastro	Cadastro de Propriedades
	Património Municipal
Segurança	Protecção Civil
Receitas	Fiscalização
	Publicidade
Ambiente	Resíduos Sólidos Urbanos
Turismo	Restauração e Bebidas

Entre as aplicações sectoriais deverá haver uma total interoperabilidade sujeita a níveis de permissões de visualização e/ou edição customizáveis em função dos seus operadores, permitindo a partilha fluente de informação.

Toda a informação gerada pelos vários departamentos irá obviamente imprimir mais rigor às decisões, nomeadamente p.e. numa avaliação de viabilidade construtiva em determinado terreno.

A informação confluirá para um Sistema Central e globalizado que permitirá uma gestão otimizada de informação, consequente disponibilização e o eficaz planeamento de intervenções nas várias áreas.

Todas as aplicações abrangem a totalidade das preocupações duma Autarquia e algumas delas inclusive possibilitam o retorno de investimento (como Publicidade e Fiscalização) uma vez que imprimem a possibilidade de accionar os mecanismos internos de cobrança/regularização de ilegalidades.

Permitir a partilha de informação entre as várias entidades externas, nomeadamente INE; Ministério do Ambiente; IPPAR; IPE, etc. por forma a garantir a celeridade processual.

Fundamental e crucial para a competitividade e sucesso na implementação dum SIG desta natureza é o factor humano, sendo condição “cine quanon” estabelecer metodologias de

implementação desde o 1º minuto com o envolvimento de toda a estrutura camarária envolvida, nomeadamente:

Envolvimento Político:

- É fundamental para atingir os níveis de sucesso exigíveis na implementação de Soluções SIG, que desde o primeiro momento estejam envolvidos os Presidentes das Autarquias, na definição de metodologias e recursos responsáveis por cada uma das áreas, para que se possa em cada momento aferir o andamento do processo e salvaguardar eventuais constrangimentos.
- Nalgumas situações os recursos habituados a efectuar as suas tarefas há largos anos de uma forma familiar, quase mecânica, exprimem alguma resistência à implementação de mecanismos mais automáticos e eficazes de efectuar tarefas, pelo que para além do apoio/seguimento presencial que deverá ser prestado pelo parceiro que implementa é crucial o efectivo envolvimento das Direcções e Presidência.

Envolvimento Indepartamental:

- Apesar dos nossos esforços muitas vezes a inexistência de partilha de informação ou de comunicabilidade interdepartamental impede que se democratize a utilização das Soluções e às vezes até o conhecimento global de que o Sistema existe na Autarquia. Para que seja possível levar a cabo as metodologias de procedimentos no processo de operacionalização das Soluções é fundamental o envolvimento dos recursos afectos às áreas de intervenção que vão ser objecto dum sistema SIG.

Planeamento rigoroso interno de procedimentos vs. recursos:

- A não definição dos vários interlocutores, respectivas tarefas e objectivos a atingir pode originar paragens significativas no decorrer do processo.

Reuniões prévias de definição da utilização sectorial das Aplicações (Utilizadores e Coordenador) e de Administração de Sistema, respectivos objectivos e timings de conclusão permitem salvaguardar e minimizar os constrangimentos que uma indefinição de procedimentos pode acarretar.

Em resumo, o sucesso de implementações SIG depende do estreito envolvimento de todas as partes envolvidas, pelo que é exigível a aferição consensual dos procedimentos/fases de trabalho envolvidas na implementação deste tipo de projectos. A Implementação de SIG's é tão mais competitiva quanto é o envolvimento técnico e humano convergindo vontades e conhecimento.

3. Levantamentos

É inequívoca a necessidade de efectuar levantamentos de campo temáticos em função das necessidades de resposta de qualquer Autarquia a projectos específicos e diariamente a solicitações internas e externas. Quanto mais actualizada for a informação mais rigorosa será a sua gestão.

É uma realidade que ainda se promovem levantamentos de campo numa forma analógica, cujos registos são feitos em papel e posteriormente compilados para uma base de dados, o que só por si implica uma perda de tempo totalmente inusitada e muitas vezes o atraso dum projecto.

Através de Soluções simples, intuitivas e de baixo custo e utilizando equipamentos móveis é possível a efectivação desses levantamentos numa forma automática e eficaz, aliando a informação geográfica com possibilidade de georeferenciação de pontos, através de GPS, à informação alfanumérica e fotográfica associada e captada no momento. O trabalho de gabinete consistirá apenas na sincronização dos dados recolhidos para o computador e imediatamente se obtém informação actual e manipulável em tempo real.

Numa forma simples, interactiva e rápida uma Autarquia pode deter toda a informação que necessita para as suas decisões diárias.

FRONT-OFFICE

1. Disponibilização de informação na WEB

1.1. Serviços na WEB:

- √ É indiscutível a necessidade de disponibilizar serviços ao Cidadão que evitem a deslocação física às instalações da Autarquia e auferem mais tempo livre a recursos humanos que poderão dedicar-se a outras tarefas. Exemplo desses serviços são:
- √ Emissão de Plantas de Localização, em que o Cidadão poderá ter acesso a uma planta de localização do seu terreno em tempo útil do seu posto de trabalho, podendo a Autarquia implementar este serviço associado a uma plataforma de pagamentos.
- √ Pedidos de Informação Simples, em que o Cidadão poderá efectuar confrontações simples de determinado terreno com os Instrumentos de Gestão Territorial e ficar a saber o que poderá construir naquela parcela.

1.2. Posto de Atendimento ao Município:

- √ Consubstancia-se na possibilidade de disponibilizar ao Município, enquanto espera por ser atendido, poder consultar, através dum ecrã táctil, a cartografia e o PDM durante o tempo que achar necessário, poder efectuar pesquisas por freguesia ou toponímia e até imprimir alguma dessa informação.

1.3. Disponibilização no site oficial da Autarquia de Mapa Interactivo temático de caracterização e informação sobre:

- √ Recursos existentes na região - Mapas Interactivos
- √ Equipamentos existentes na região - Mapas
- √ Tecido Empresarial

Na sequência da crescente necessidade de disponibilizar informação útil ao Cidadão em geral e Municípios em particular, tendo em conta as especificidades de cada região e a preocupação de disponibilização de informação actualizada, consequência da generalização e democratização no acesso à informação, *é totalmente inevitável implementar soluções completas de disponibilização de informação, vulgo mapas interactivos, desde a sua produção até à sua disponibilização*, através da sua publicação numa plataforma de gestão de mapas para a Internet, onde facilmente se dá acesso a informação cartográfica detalhada do território, assim como informação descritiva e fotográfica dos diferentes

equipamentos e recursos da Cidade/Concelho ou Região, permitindo pesquisas avançadas e cálculo de percursos.

As principais áreas elegíveis para representação/disponibilização na WEB são:

Serviços:

- √ Saúde
- √ Ensino
- √ Segurança
- √ Administração Local
- √ Justiça
- √ Conservatórias
- √ Transportes
- √ Utilidades

Comércio:

- √ Retalhistas por ramo
- √ Centros Comerciais
- √ Supermercados,...

Turismo e Lazer:

- √ Alojamento
- √ Gastronomia
- √ Facilitadores do turismo
- √ História (aldeias, castelos, catedrais, arqueologia, museus,...)
- √ Cultura (museus, galerias de arte, bibliotecas, artesanato, etnografia,...)
- √ Desporto (piscinas, pav. Desportivos, praias, caça, ...)
- √ Ecoturismo (montanhas, miradouros, trilhos, zonas de paisagem protegida, jardins)
- √ Eventos (cinemas, teatros, exposições, romarias, campeonatos, feiras,...)

Indústria:

- √ Apresentação das empresas da região com informação descritiva da actividade, assim como a sua exacta localização e material fotográfico a levantar pela nossa empresa no terreno.

- √ Empresas e tipo de produção
- √ Produto: Portal web expressivo do tecido empresarial com inclusão de todas as empresas da região permitindo a pesquisa de informação pormenorizada das mesmas promovendo a dinamização do investimento.
- √ Routing - Cálculo de Percursos

Uma Autarquia que disponibilize este tipo de informação está sem dúvida a promover a dinamização comercial; industrial e social da sua Região.

2. Mobilidade e Acesso remoto

A era da sociedade de informação onde nos encontramos não pode ser indiferente às necessidades de mobilidade que diariamente são sentidas por vários quadrantes da Sociedade, pelo que as Soluções de disponibilização de informação multi-canal são inevitavelmente o futuro.

A mobilidade ao serviço do Técnico:

A tendência é cada vez mais eliminar a informação analógica, fundamentalmente em áreas como a fiscalização, manutenção e intervenção em obra tornando-se indispensável ter meios de transporte da informação em formato digital e poder aceder não só à localização geográfica de determinada infra-estrutura ou equipamento mas também a toda a componente alfanumérica associada e poder no local efectuar alterações a essa mesma informação, actualizando automaticamente a Base de Dados central.

A mobilidade ao serviço do Cidadão:

A possibilidade de o Cidadão ter na palma da sua mão um manancial de informação, totalmente manipulável e configurável à medida necessidades e à medida do dispositivo móvel que o Cidadão possui. A tecnologia hoje permite-nos ligar dispositivos GPS a telemóveis e/ou PDA's, que transformam o nosso meio de comunicação em autênticos Sistemas de Navegação, impensáveis no passado.

A mobilidade ao serviço do Empresário:

A inovação tecnológica cada vez mais presente nas nossas vidas faz-se sentir muito particularmente na área empresarial, onde já não se dispensa os meios e a tecnologia capazes de imprimir a adjacente eficácia exigível com o conseqüente aumento de produtividade. Ter na mão dispositivos com tecnologia capaz de dar a cada momento resposta às necessidades de localização e prospecção é sem dúvida o meio adoptado.

Conclusão

Portugal teve um papel fundamental na delineação do plano estratégico Europeu para a Sociedade de Informação, sendo mentor em muitas das definições lá constantes. Infelizmente relativamente à execução desta estratégia encontra-se muito atrasado face aos timings definidos, em parte devido à dificuldade em decidir e/ou executar em tempo útil o que está delineado, dificuldade essa inerente à nossa cultura pouco empresarial mas também à inadequação de propostas apresentadas. O “choque tecnológico” será bem sucedido se acompanhado com um “choque de mentalidades”, cuja responsabilidade cabe a todos nós, actores nesta caminhada.

Inevitavelmente as directrizes da Sociedade de Informação são as directrizes das empresas que apostam na inovação e principalmente na prossecução da concretização de objectivos com qualidade em detrimento da quantidade. As empresas nacionais e multinacionais têm a responsabilidade de garantir a execução eficaz dos projectos delineados, tendo igualmente um papel crucial no sucesso dos projectos, apostando na contextualização de Soluções de adequação ao mercado Português, em vez do fornecimento puro e simples de tecnologia. As vantagens da contextualização de Soluções são indubitavelmente o conhecimento da metodologia de processos internos das entidades portuguesas que obviamente permitem uma melhor adequação às necessidades, o desenvolvimento das aplicações na língua portuguesa que facilmente permitem que todos os recursos existentes nas organizações possam tirar partido das mesmas e a flexibilidade de parametrização e comunicação entre a empresa e a entidade que a ela recorre. Todos estes factores promovem a rentabilização e motivação dos recursos e conseqüente aumento de produtividade e eficácia e sem dúvida tornam a implementação de Sistemas SIG um dos factores cruciais de competitividade nacional. Urge a adopção destes sistemas por parte de quem deles necessita e a assumpção política e nacional da adequabilidade inequívoca destes sistemas para o caminho de inovação e competitividade que todos temos vindo a abraçar.